



## ***Insegurança alimentar e seus efeitos nutricionais em populações vulneráveis no Brasil: percepções a partir de uma revisão de literatura***

Elisângela Alves Gonçalves<sup>1</sup>, Ericka Gertrud Schmitz Donato<sup>2</sup>, Marcos Elerson da Cruz Siqueira<sup>3</sup>, Jefferson Raphael Gonzaga Lemos<sup>4</sup>, Dimas Melo Gonçalves<sup>5</sup>



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p3995-4013>

Artigo recebido em 1 de Agosto e publicado em 1 de Outubro de 2025

### **REVISÃO DE LITERATURA**

#### **RESUMO**

A insegurança alimentar constitui-se em um grave problema de saúde pública e de desenvolvimento social no Brasil, com impactos diretos sobre populações em situação de vulnerabilidade e repercussões significativas para a equidade e a cidadania. O presente artigo tem como objetivo analisar os efeitos nutricionais da insegurança alimentar em populações vulneráveis no Brasil, considerando a produção científica recente e suas principais contribuições para a compreensão do fenômeno. Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa de literatura, abrangendo dez artigos publicados entre 2020 e 2025 em periódicos nacionais, selecionados a partir de critérios de relevância, atualidade e pertinência temática. Os resultados obtidos demonstram que a insegurança alimentar atinge de maneira desigual diferentes grupos sociais, com maior vulnerabilidade observada entre mulheres, adolescentes e estudantes universitários, além de revelar associação com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, elevação da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e restrições relacionadas ao acesso à água potável. Conclui-se que a insegurança alimentar no Brasil deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, cuja superação requer políticas públicas intersetoriais e de longo prazo, orientadas pela garantia do direito humano à alimentação adequada e pela promoção da justiça social.

**Palavras-chave:** adolescência; doenças crônicas; gênero; insegurança alimentar; saúde pública.



# Food insecurity and its nutritional effects on vulnerable populations in Brazil: insights from a literature review

## ABSTRACT

Food insecurity is a serious public health and social development issue in Brazil, with direct impacts on vulnerable populations and significant repercussions for equity and citizenship. This article aims to analyze the nutritional effects of food insecurity in vulnerable populations in Brazil, considering recent scientific production and its main contributions to understanding the phenomenon. A narrative literature review was carried out, covering ten articles published between 2020 and 2025 in national journals ranked Qualis A and B, selected based on relevance, timeliness, and thematic pertinence. The results show that food insecurity affects different social groups unequally, with greater vulnerability observed among women, adolescents, and university students, and reveal associations with increased consumption of ultra-processed foods, higher prevalence of chronic non-communicable diseases, and restrictions related to access to drinking water. It is concluded that food insecurity in Brazil should be understood as a multidimensional phenomenon, whose mitigation requires intersectoral and long-term public policies, guided by the guarantee of the human right to adequate food and the promotion of social justice.

**Key-words:** adolescence; chronic diseases; food insecurity; gender; public health.

**Instituição afiliada** – Faculdade Santa Teresa Manaus

**Autor correspondente** Elisângela Alves Gonçalves, [eli.alves12.ea@gmail.com](mailto:eli.alves12.ea@gmail.com) Ericka Gertrud Schmitz Donato, [erickaqschmitz@gmail.com](mailto:erickaqschmitz@gmail.com) Marcos Elerson da Cruz Siqueira, [elersonmarcos@gmail.com](mailto:elersonmarcos@gmail.com) Jefferson Raphael Gonzaga Lemos, [jefraphael@yahoo.com.br](mailto:jefraphael@yahoo.com.br) Dimas Melo Gonçalves [dimasmelogoncalves@gmail.com](mailto:dimasmelogoncalves@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## **INTRODUÇÃO**

A insegurança alimentar é um tema que acompanha a trajetória social e política do Brasil, configurando-se como um dos principais desafios contemporâneos para a promoção da saúde, da cidadania e do desenvolvimento humano. Desde o início do século XXI, o país alcançou avanços significativos no enfrentamento da fome por meio de políticas públicas estruturadas, como o Programa Bolsa Família e o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Contudo, crises econômicas recorrentes, instabilidades políticas e, mais recentemente, a pandemia de COVID-19, contribuíram para a intensificação da vulnerabilidade social e para o aumento dos indicadores de insegurança alimentar. Alpino et al. (2020) destacam que esse contexto expôs de forma dramática as fragilidades dos sistemas de proteção social e evidenciou a incapacidade de assegurar o direito humano à alimentação a milhões de famílias brasileiras.

O conceito de insegurança alimentar não se limita à falta de acesso físico aos alimentos, mas abrange dimensões mais complexas, como a qualidade nutricional, a estabilidade da oferta e a utilização segura e culturalmente adequada. De acordo com Ribeiro-Silva et al. (2020), a segurança alimentar e nutricional deve ser compreendida como um direito humano fundamental, articulado a fatores sociais, econômicos e culturais. Essa perspectiva amplia o debate, mostrando que a garantia de acesso a uma alimentação adequada está intrinsecamente relacionada à justiça social, à redução das desigualdades e à efetivação de políticas públicas intersetoriais.

Outro aspecto relevante identificado em estudos recentes é a desigualdade na forma como a insegurança alimentar atinge diferentes grupos sociais. Mulheres, especialmente aquelas em situação de precarização laboral e social, têm sido mais afetadas, revelando a sobreposição de fatores de vulnerabilidade que intensificam o risco de fome. Schall et al. (2022) evidenciam que a pandemia agravou esse cenário, reforçando a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero na formulação e execução de políticas públicas voltadas para o combate à insegurança alimentar. Essa constatação aponta para a importância de se considerar recortes interseccionais ao analisar a problemática, englobando gênero, raça, classe social e condições de moradia.



Nesse contexto, compreender a insegurança alimentar como fenômeno multidimensional torna-se essencial para propor soluções eficazes. O tema ultrapassa a esfera individual e se insere no debate coletivo sobre saúde pública, cidadania e direitos humanos. A insegurança alimentar impacta diretamente o crescimento infantil, a capacidade de aprendizagem, a saúde mental e o desenvolvimento físico de populações vulneráveis, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Ao mesmo tempo, afeta a soberania alimentar, pois impõe à população padrões de consumo de baixa qualidade nutricional, frequentemente baseados em produtos ultraprocessados, o que aumenta o risco de doenças crônicas não transmissíveis.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão de literatura recente, os efeitos nutricionais da insegurança alimentar em populações vulneráveis no Brasil. Busca-se compreender como a produção científica tem caracterizado esse fenômeno nos últimos anos e de que forma seus resultados podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de reduzir as desigualdades sociais e assegurar a efetivação plena do direito humano à alimentação adequada.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A insegurança alimentar no Brasil é um fenômeno multidimensional que articula renda, trabalho, preços, políticas sociais e desigualdades históricas. Em análise das respostas governamentais no início da pandemia, Alpino et al. (2020) argumentam que a crise sanitária expôs fragilidades pré-existentes do sistema de proteção social, com efeitos diretos sobre o acesso regular e adequado a alimentos. Em paralelo, a leitura integrada de disponibilidade, acesso e uso biocultural da alimentação proposta por Ribeiro-Silva et al. (2020) reforça que segurança alimentar e nutricional (SAN) não se reduz à oferta: envolve soberania alimentar, qualidade da dieta, estabilidade do sistema e o direito humano à alimentação adequada.

As desigualdades estruturais moldam a experiência da insegurança alimentar de forma interseccional. Em estudo multicêntrico, Schall et al. (2022) mostram que



mulheres de contextos urbanos e rurais vulnerabilizados enfrentam sobrecarga de cuidado e barreiras materiais que se traduzem em maior risco de insegurança alimentar, especialmente quando combinadas com precarização do trabalho e queda de renda. Essa leitura se alinha a achados mais recentes de Pereira et al. (2025), que identificam maior probabilidade de insegurança alimentar em domicílios chefiados por mulheres negras, sinalizando que gênero e raça/cor operam como marcadores centrais de vulnerabilidade no país.

O ambiente universitário também expressa o problema. Investigando estudantes do ensino superior, Angotti et al. (2022) descrevem prevalência elevada de insegurança alimentar associada à insuficiência de auxílio permanência e à escalada de custos com alimentação, com impactos sobre desempenho acadêmico e saúde mental. Entre adolescentes de famílias de baixa renda, Serenini et al. (2023) evidenciam que a insegurança alimentar está presente no cotidiano e repercute na qualidade da alimentação e na percepção de futuro, destacando a dimensão subjetiva do fenômeno em transições de ciclo de vida.

No plano dos arranjos domiciliares e das trajetórias familiares, Golgher et al. (2024) mostram que domicílios chefiados por mulheres, com menor escolaridade e maior número de residentes, concentram maior probabilidade de insegurança alimentar, e que a deterioração observada entre 2014–2018 e 2020–2021 está conectada a recessão econômica e aos efeitos da pandemia sobre renda e emprego. Esses padrões reforçam a necessidade de políticas focalizadas que considerem composição familiar, ciclo de vida e território como eixos de desenho e avaliação.

A infraestrutura básica condiciona a segurança alimentar ao conectar água, higiene e preparo seguro dos alimentos. Silvério et al. (2024) demonstram coexistência entre insegurança alimentar e acesso irregular à água potável, particularmente no primeiro ano da pandemia, o que amplia riscos de contaminação e compromete a qualidade da dieta. Na mesma direção, Venegas et al. (2024) situam a alimentação no campo ampliado da reprodução social da vida, salientando que práticas alimentares populares são atravessadas por constrangimentos econômicos, relações de gênero e redes de apoio, e que enfrentar a insegurança alimentar supõe articular políticas de renda, abastecimento, saneamento e cuidado.



A pandemia de COVID-19 tornou ainda mais visível a vulnerabilidade alimentar em diversos segmentos da população brasileira. Alpino et al. (2020) observam que o aumento da fome e da má nutrição não foi um efeito inesperado, mas resultado direto da combinação entre desigualdade social, fragilidade institucional e descontinuidade de políticas públicas estruturantes. Essa leitura encontra respaldo em Ribeiro-Silva et al. (2020), que reforçam a necessidade de compreender a segurança alimentar como parte de um sistema mais amplo, onde disponibilidade, estabilidade e acesso são indissociáveis.

As desigualdades de gênero e raça aparecem de forma sistemática nos estudos recentes. Schall et al. (2022) identificaram que a sobrecarga de trabalho doméstico e a instabilidade laboral afetaram de modo particular as mulheres em situação de pobreza, aprofundando o risco de insegurança alimentar. De maneira convergente, Pereira et al. (2025) mostram que domicílios chefiados por mulheres negras apresentaram prevalência significativamente maior de insegurança alimentar, revelando que fatores sociais se acumulam na determinação desse fenômeno. Ambos os estudos sugerem que qualquer política de combate à insegurança alimentar precisa incorporar a perspectiva interseccional para ser eficaz.

A juventude, em especial adolescentes de famílias de baixa renda, também aparece em situação de maior vulnerabilidade. Serenini et al. (2023) destacam que os jovens relataram restrições constantes no acesso a alimentos, vinculando a fome às condições socioeconômicas de suas famílias. Os autores apontam que a insegurança alimentar nesse grupo etário compromete não apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento psicossocial, a autoestima e as expectativas de futuro. Esses resultados evidenciam a necessidade de políticas que ultrapassem a lógica emergencial e avancem em direção a estratégias de longo prazo.

No ensino superior, a insegurança alimentar aparece como um fator que compromete a permanência estudantil. Angotti et al. (2022) ressaltam que estudantes em situação de insegurança alimentar apresentaram maior incidência de estresse e baixo rendimento acadêmico, o que compromete diretamente a qualidade da formação. Esses achados reforçam a importância de programas de assistência estudantil mais robustos, capazes de garantir não apenas a matrícula, mas também condições



adequadas de permanência e conclusão de curso.

A dimensão familiar e comunitária também não pode ser negligenciada. Golgher et al. (2024) argumentam que as características do arranjo domiciliar influenciam de maneira decisiva os níveis de insegurança alimentar. Famílias monoparentais, em especial chefiadas por mulheres, apresentaram índices mais elevados do problema, o que indica que a insegurança alimentar não pode ser analisada de forma isolada, mas como parte de um conjunto de vulnerabilidades sociais.

Os efeitos da insegurança alimentar não se limitam ao déficit de calorias, mas incluem impactos profundos sobre a qualidade da dieta. A *Revista Brasileira de Epidemiologia* analisada por Santos et al. (2024) evidencia que famílias em situação de vulnerabilidade recorrem com maior frequência a alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional, o que se relaciona ao aumento da obesidade, hipertensão e diabetes. Essa constatação mostra que a insegurança alimentar não pode ser entendida apenas como ausência de comida, mas também como resultado da substituição por padrões alimentares menos saudáveis.

No campo da saúde coletiva, Venegas et al. (2024) afirmam que a produção da vida está diretamente conectada ao modo como indivíduos acessam e consomem alimentos, sendo a insegurança alimentar expressão das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Essa abordagem amplia a discussão e reforça que superar a insegurança alimentar exige medidas que ultrapassem a lógica emergencial, envolvendo justiça social, equidade e sustentabilidade.

O acesso à água potável aparece como determinante fundamental para a segurança alimentar. Silvério et al. (2024) ressaltam que a irregularidade no fornecimento de água prejudica a higiene e o preparo dos alimentos, ampliando os riscos de contaminação e comprometendo a saúde das populações mais pobres. O estudo mostra que políticas públicas voltadas apenas ao abastecimento de alimentos não são suficientes, devendo considerar também as condições de saneamento básico como parte essencial do enfrentamento da insegurança alimentar.

Entre os grupos populacionais mais afetados, pessoas com deficiência enfrentaram múltiplas barreiras de acesso durante a pandemia, agravando sua situação de vulnerabilidade. Bagni (2025) aponta que a exclusão dessas pessoas dos programas



de segurança alimentar reflete falhas nas políticas de inclusão e evidencia a necessidade de medidas específicas para contemplar suas demandas. Esse recorte revela que o enfrentamento da insegurança alimentar deve incorporar uma perspectiva de acessibilidade universal.

As repercussões também são observadas nas dinâmicas familiares e comunitárias. Golgher et al. (2024) reforçam que a insegurança alimentar varia de acordo com o arranjo domiciliar, sendo mais grave em famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Essa constatação demonstra que os fatores de risco se sobrepõem, e que políticas públicas precisam ser sensíveis às diferentes realidades sociais.

O agravamento da insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19 trouxe à tona a centralidade das políticas públicas de proteção social. Alpino et al. (2020) apontam que a descontinuidade de programas estruturantes ampliou o impacto da crise sobre as famílias vulneráveis, revelando a insuficiência das medidas emergenciais adotadas. Para Ribeiro-Silva et al. (2020), compreender a segurança alimentar exige integrar disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização adequada dos alimentos, dimensões que só podem ser garantidas por políticas intersetoriais de longo prazo.

A interseccionalidade tem se mostrado um elemento essencial para compreender a distribuição desigual da insegurança alimentar no país. Pereira et al. (2025) destacam que mulheres negras chefes de família apresentam maior risco de insegurança alimentar, refletindo um acúmulo de desvantagens históricas relacionadas a raça, gênero e classe social. Esse padrão confirma que a fome não é apenas um fenômeno biológico, mas também socialmente produzido.

A juventude desponta como grupo que vivencia de forma intensa os efeitos da insegurança alimentar. Serenini et al. (2023) revelam que adolescentes de famílias beneficiárias de programas sociais descrevem o cotidiano marcado pela restrição alimentar e pelo impacto emocional da fome, o que compromete seu desenvolvimento e perspectivas futuras. Em paralelo, Angotti et al. (2022) evidenciam que a insegurança alimentar entre universitários compromete não apenas a saúde física, mas também a permanência acadêmica, ampliando desigualdades educacionais.

A dimensão estrutural do problema é reforçada por estudos sobre saneamento e qualidade da dieta. Silvério et al. (2024) mostram que a falta de acesso regular à água



potável compromete diretamente a segurança alimentar, enquanto Santos et al. (2024) evidenciam que a insegurança leva famílias a optarem por alimentos ultraprocessados, aumentando riscos de doenças crônicas. Esses achados indicam que a insegurança alimentar não pode ser dissociada das condições de vida, sendo resultado de múltiplos determinantes sociais e ambientais.

Por isto, Venegas et al. (2024) defendem que a alimentação deve ser entendida como parte da produção da vida, sendo a insegurança alimentar expressão das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Esse entendimento amplia a discussão para além do acesso imediato a alimentos, situando a insegurança alimentar como um desafio coletivo que envolve cidadania, equidade e sustentabilidade. Assim, enfrentar a fome e a insegurança alimentar no Brasil requer não apenas políticas emergenciais, mas também estratégias estruturais capazes de transformar realidades sociais e reduzir desigualdades históricas.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura narrativa, com foco em produções científicas publicadas entre 2020 e 2025 que abordam a insegurança alimentar e seus efeitos nutricionais em populações vulneráveis no Brasil. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela necessidade de contemplar o período mais recente, incluindo os impactos da pandemia de COVID-19, que se mostrou determinante para o agravamento da fome no país.

Os artigos foram selecionados a partir de busca em bases de dados científicas de acesso aberto, priorizando periódicos indexados em estratos Qualis A e B. Utilizaram-se como descritores: “insegurança alimentar”, “nutrição”, “populações vulneráveis” e “Brasil”. Foram incluídos artigos originais e revisões que apresentassem resultados ou análises diretamente relacionadas ao tema, sendo excluídos trabalhos duplicados ou que não abordassem populações brasileiras.

A amostra final foi composta por dez artigos, os quais foram sistematizados na Tabela 1. Nela constam os principais elementos de identificação: autor principal, ano de



publicação, título do trabalho e periódico. Essa sistematização permite transparência quanto ao material utilizado e subsidia a discussão apresentada posteriormente.

**Tabela 1:** Artigos selecionados para a revisão de literatura (2020–2025).

| <b>Autor principal</b> | <b>Ano</b> | <b>Título</b>                                                                            | <b>Periódico</b>                   |
|------------------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Alpino                 | 2020       | COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações e reflexões                      | Cadernos de Saúde Pública          |
| Ribeiro-Silva          | 2020       | Implicações da pandemia de COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional             | Ciência & Saúde Coletiva           |
| Schall                 | 2022       | Gênero e insegurança alimentar na pandemia de COVID-19                                   | Ciência & Saúde Coletiva           |
| Angotti                | 2022       | Insegurança alimentar de estudantes universitários e fatores associados                  | Revista de Nutrição                |
| Serenini               | 2023       | A insegurança alimentar pela voz de adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família | Rev. Bras. de Estudos de População |
| Golgher                | 2024       | Food insecurity in Brazil by household arrangements and trajectories                     | Cadernos de Saúde Pública          |
| Santos                 | 2024       | Associação entre insegurança alimentar e doenças crônicas                                | Rev. Brasileira de Epidemiologia   |
| Silvério               | 2024       | Insegurança alimentar e acesso irregular à água potável no Brasil                        | Rev. Bras. de Estudos de População |
| Venegas                | 2024       | Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma abordagem brasileira                | Saúde e Sociedade                  |
| Pereira                | 2025       | Insegurança alimentar, gênero e raça/cor                                                 | Ciência & Saúde Coletiva           |

A organização dos artigos em formato de tabela possibilita maior clareza e objetividade na exposição do material utilizado, além de facilitar a análise crítica desenvolvida nas etapas seguintes do estudo. Esse procedimento garante transparência



ao processo de revisão e reforça a confiabilidade dos resultados apresentados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos artigos selecionados evidencia que a insegurança alimentar no Brasil constitui um fenômeno agravado por fatores estruturais e conjunturais. Alpino et al. (2020) destacam que a pandemia de COVID-19 “acentuou vulnerabilidades já existentes, expondo milhões de famílias à fome e à má nutrição”, o que demonstra a fragilidade dos mecanismos de proteção social vigentes. Esse achado converge com Ribeiro-Silva et al. (2020), que reforçam a necessidade de compreender a segurança alimentar como parte de um sistema mais amplo de garantia de direitos, onde a alimentação adequada se conecta diretamente à cidadania e à equidade social.

A literatura revisada também aponta para desigualdades sociais que intensificam o fenômeno. Schall et al. (2022) identificaram que mulheres em condições de precarização laboral e social foram particularmente atingidas pela insegurança alimentar durante a pandemia, revelando que o problema não se distribui de forma homogênea na população. Pereira et al. (2025) acrescentam que domicílios chefiados por mulheres negras são os mais afetados, pois acumulam desvantagens estruturais relacionadas a gênero, raça e classe. Esse conjunto de evidências indica que a insegurança alimentar deve ser analisada sob uma perspectiva interseccional, que considere a sobreposição de desigualdades históricas no país.

A situação de grupos em transição educacional também se destaca. Angotti et al. (2022) observaram que estudantes universitários em situação de insegurança alimentar apresentaram maiores níveis de estresse e baixo rendimento acadêmico, comprometendo tanto a saúde mental quanto a permanência nos cursos superiores. Esses resultados demonstram que a insegurança alimentar não está restrita a contextos de extrema pobreza, mas se estende a segmentos sociais que, mesmo inseridos em instituições de ensino, enfrentam dificuldades para garantir acesso regular a alimentos de qualidade.

Por outro lado, a percepção de adolescentes sobre a insegurança alimentar reforça o caráter subjetivo e cotidiano da experiência da fome. Serenini et al. (2023)



destacam que jovens beneficiários de programas sociais relataram a fome como parte de sua rotina, associando-a às condições socioeconômicas das famílias e ao impacto emocional que vivenciam. Essa evidência revela que os efeitos da insegurança alimentar não são apenas físicos ou nutricionais, mas também atingem dimensões psicossociais, afetando autoestima, expectativas de futuro e integração social.

Assim, os resultados iniciais desta revisão indicam que a insegurança alimentar no Brasil não é um fenômeno isolado, mas está enraizado em desigualdades estruturais, atingindo de maneira desproporcional mulheres, negros, adolescentes e estudantes universitários. A discussão dos artigos analisados demonstra que compreender esse problema exige considerar múltiplas perspectivas: socioeconômica, de gênero, de raça e geracional.

Os estudos também revelam que a insegurança alimentar se manifesta de forma distinta conforme a estrutura familiar e os arranjos domiciliares. Golgher et al. (2024) afirmam que “famílias monoparentais, sobretudo as chefiadas por mulheres, apresentam níveis significativamente mais elevados de insegurança alimentar”, o que indica que a configuração da residência é um fator determinante para a maior ou menor exposição ao problema. Essa constatação reforça a importância de políticas públicas específicas, voltadas para famílias em que há maior sobrecarga de responsabilidades e fragilidade socioeconômica.

Além da composição familiar, a literatura demonstra que a insegurança alimentar está fortemente associada à qualidade da dieta e, consequentemente, a desfechos de saúde. Santos et al. (2024) evidenciam que famílias em situação de insegurança alimentar tendem a consumir alimentos ultraprocessados e de menor valor nutricional, o que contribui para o aumento da obesidade, da hipertensão e do diabetes. Essa associação confirma que o problema não pode ser interpretado apenas como ausência de alimentos, mas também como deterioração da qualidade nutricional, ampliando riscos de morbidades crônicas.

Outro fator diretamente vinculado ao fenômeno é o acesso à água potável e ao saneamento básico. De acordo com Silvério et al. (2024), “a irregularidade no acesso à água compromete a segurança alimentar, pois afeta a higiene e a preparação dos alimentos, aumentando os riscos de contaminação”. Essa análise amplia o



entendimento da insegurança alimentar para além da disponibilidade de comida, situando-a em um contexto de infraestrutura social precária que limita o preparo adequado e seguro dos alimentos consumidos pelas populações vulneráveis.

Em perspectiva teórica, Venegas et al. (2024) defendem que a alimentação deve ser compreendida como parte da produção da vida, conectando dimensões econômicas, sociais e culturais. Essa leitura sustenta que a insegurança alimentar não pode ser tratada como questão meramente individual ou nutricional, mas como expressão das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Ao incluir esse tipo de análise, os resultados desta revisão evidenciam que a fome e a insegurança alimentar se inserem em um sistema de desigualdades mais amplo, que articula renda, trabalho, infraestrutura e cultura alimentar.

Dessa forma, os artigos analisados nesta etapa reforçam que a insegurança alimentar deve ser compreendida em sua complexidade, envolvendo desde a composição familiar até fatores ambientais e conceituais. A convergência das evidências mostra que enfrentar o problema exige políticas públicas integradas, capazes de articular assistência social, saúde, saneamento e educação alimentar.

Os achados da revisão mostram que a insegurança alimentar, embora transversal a diferentes grupos, assume características próprias conforme o contexto social analisado. Alpino et al. (2020) destacam que “a pandemia de COVID-19 expôs a insuficiência das políticas de proteção social, deixando evidente a vulnerabilidade de milhões de brasileiros”, enquanto Ribeiro-Silva et al. (2020) complementam ao apontar que a segurança alimentar deve ser entendida como um direito humano, dependente da articulação entre estabilidade econômica e políticas públicas estruturantes. Esses dois trabalhos, ao evidenciarem a fragilidade das respostas institucionais, sustentam a necessidade de analisar a insegurança alimentar em diálogo com a proteção social.

As desigualdades de gênero e raça foram destacadas em diversos estudos. Schall et al. (2022) demonstraram que mulheres em situação de precarização laboral foram mais atingidas pela insegurança alimentar durante a pandemia, já Pereira et al. (2025) ampliam essa análise ao indicar que as mulheres negras, em especial aquelas responsáveis pelo sustento familiar, concentram maiores índices de vulnerabilidade. Esse recorte metodológico demonstra que a insegurança alimentar não pode ser



dissociada de processos históricos de exclusão e desigualdade estrutural.

A vulnerabilidade também se manifesta em populações em processo de formação educacional. Angotti et al. (2022) observaram que estudantes universitários em situação de insegurança alimentar relataram dificuldades que afetam não apenas a dieta, mas também o desempenho acadêmico e a saúde mental. Serenini et al. (2023) acrescentam que adolescentes beneficiários de programas sociais percebem a fome como parte de seu cotidiano, associando-a a sentimentos de insegurança, baixa autoestima e expectativas limitadas para o futuro. Esses resultados evidenciam que a insegurança alimentar repercute em diferentes fases da vida, com impactos sociais e emocionais significativos.

Do ponto de vista estrutural, Golgher et al. (2024) reforçam que os arranjos familiares são determinantes na experiência da insegurança alimentar, sobretudo em domicílios monoparentais chefiados por mulheres, enquanto Santos et al. (2024) alertam que a precariedade alimentar leva ao consumo predominante de ultraprocessados, contribuindo para a elevação de doenças crônicas não transmissíveis. Nesse mesmo eixo, Silvério et al. (2024) associam a insegurança alimentar ao acesso irregular à água potável, destacando que a falta de saneamento básico compromete a segurança e a qualidade do alimento consumido.

Venegas et al. (2024) situam a alimentação como parte do processo de produção da vida, interpretando a insegurança alimentar como uma expressão das desigualdades estruturais brasileiras. Essa perspectiva, aliada às evidências empíricas discutidas, demonstra que a fome não é apenas ausência de nutrientes, mas reflexo de um sistema social excludente que reproduz vulnerabilidades. A convergência entre os dez estudos analisados reforça que a insegurança alimentar deve ser enfrentada por meio de estratégias integradas que considerem fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A síntese dos resultados evidencia que a insegurança alimentar no Brasil deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, enraizado em desigualdades históricas e agravado por crises recentes. Alpino et al. (2020) apontam que a pandemia funcionou como catalisador de vulnerabilidades, expondo lacunas nas políticas sociais, enquanto Ribeiro-Silva et al. (2020) enfatizam que a segurança alimentar não pode ser



dissociada do direito humano à alimentação adequada e da necessidade de políticas intersetoriais permanentes. Esses elementos ressaltam que a insegurança alimentar extrapola o campo da saúde e se conecta diretamente à cidadania.

A literatura também reforça que o fenômeno não é homogêneo e atinge com intensidade diferenciada determinados grupos sociais. Schall et al. (2022) identificaram a sobrecarga enfrentada por mulheres em situação de precarização, e Pereira et al. (2025) ampliam essa constatação ao destacar que mulheres negras, por acumularem desigualdades de raça, gênero e classe, figuram entre as mais afetadas. Esse recorte interseccional mostra que a insegurança alimentar não pode ser explicada apenas por condições econômicas, mas exige olhar atento às dinâmicas sociais que estruturam a vida cotidiana.

Ao analisar os impactos sobre diferentes fases da vida, Angotti et al. (2022) relatam que estudantes universitários em situação de insegurança alimentar apresentaram prejuízos no desempenho acadêmico, enquanto Serenini et al. (2023) revelam que adolescentes beneficiários de programas sociais convivem com a fome como experiência cotidiana, afetando autoestima e perspectivas de futuro. Esses achados demonstram que a insegurança alimentar atravessa gerações e compromete tanto a formação educacional quanto o desenvolvimento psicossocial.

No eixo estrutural, Golgher et al. (2024) reforçam a importância dos arranjos familiares ao mostrar que domicílios monoparentais chefiados por mulheres estão entre os mais vulneráveis. Em complemento, Santos et al. (2024) evidenciam a associação entre insegurança alimentar e aumento de doenças crônicas, ao passo que Silvério et al. (2024) ressaltam que o acesso irregular à água potável compromete a qualidade da dieta, ampliando riscos de contaminação e insegurança nutricional. Esses dados indicam que o problema não pode ser dissociado de determinantes sociais mais amplos, como saneamento básico, renda e acesso a alimentos saudáveis.

Desta forma, Venegas et al. (2024) defendem que a alimentação deve ser entendida como parte do processo de produção da vida, o que coloca a insegurança alimentar como expressão das desigualdades estruturais brasileiras. A partir dessa perspectiva, a revisão demonstra que o enfrentamento da fome não pode ser restrito a medidas emergenciais, mas requer estratégias de longo prazo que articulem políticas



sociais, econômicas e de saúde pública. A convergência entre os dez artigos analisados confirma que a insegurança alimentar é um desafio coletivo, cuja superação passa por políticas estruturais que promovam equidade, sustentabilidade e garantia plena do direito humano à alimentação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revisão de literatura realizada evidenciou que a insegurança alimentar no Brasil é um fenômeno multidimensional, atravessado por desigualdades sociais, econômicas, culturais e estruturais. O período analisado mostrou que a crise sanitária recente intensificou esse cenário, revelando fragilidades das políticas públicas e ampliando os impactos sobre diferentes grupos sociais.

Os resultados demonstraram que mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, enfrentam níveis mais elevados de insegurança alimentar, assim como adolescentes e estudantes universitários que convivem com restrições alimentares que comprometem tanto a saúde quanto o desenvolvimento pessoal e educacional. Além disso, ficou evidente que os arranjos familiares, o acesso à água potável e a qualidade da dieta exercem influência direta sobre a experiência da insegurança alimentar, conectando o tema a dimensões mais amplas da saúde pública e da infraestrutura social.

A análise revelou que enfrentar a insegurança alimentar exige medidas que vão além do caráter emergencial, demandando estratégias estruturais e intersetoriais de longo prazo. A promoção de políticas integradas, que contemplem assistência social, saúde, saneamento e educação alimentar, é indispensável para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

## **REFERÊNCIAS**

ALPINO, T. M. A. et al. **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações e**



**reflexões.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, e00161320, 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/?format=pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

ANGOTTI, M. et al. **Insegurança alimentar de estudantes universitários e fatores associados.** *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 35, e210226, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rn/a/5bsmmWQs9T4nQ5FLWKtZnmc/?format=pdf&lang=en>.

Acesso em: 24 set. 2025.

GOLGHER, A. B. et al. **Food insecurity in Brazil by household arrangements and trajectories.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7, e00259223, 2024.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/Crs558V578ssz5YZTFsXkgf/?format=pdf&lang=en>.

Acesso em: 24 set. 2025.

PEREIRA, T. C. et al. **Insegurança alimentar, gênero e raça/cor.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 223-234, 2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/bSxjtfyVxpH9YZ4YdK8pLVr/?format=pdf>. Acesso em: 24

set. 2025.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. **Implicações da pandemia de COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430,

2020.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?format=pdf>. Acesso em:

24 set. 2025.

SANTOS, L. P. et al. **Associação entre insegurança alimentar e doenças crônicas no Brasil.** *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 27, e230012, 2024. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/6CyCw63jLgVgx8GK3LHQLnD/?format=pdf>.

Acesso em: 24 set. 2025.

SCHALL, V. T. et al. **Gênero e insegurança alimentar na pandemia de COVID-19.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1503-1514, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/W4SVQYKZYHtHnpqggXXhWMm/?format=pdf>. Acesso

em: 24 set. 2025.



SERENINI, F. L. et al. **A insegurança alimentar pela voz de adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 40, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sPLVtjd7VfLKMLvDNv7Pzrz/?format=pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

SILVÉRIO, A. C. P. et al. **Insegurança alimentar e acesso irregular à água potável no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 40, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/5QZPpmbMKL8FxvkpGFTMM6N/?format=pdf>.

Acesso em: 24 set. 2025.

VENEGAS, M. E. C. et al. **Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma abordagem brasileira**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VXvTm83W99WZ8NBnmqCqX8f/?format=pdf>.

Acesso em: 24 set. 2025.